

2.º REGISTRO DE IMÓVEIS
São Caetano do Sul
MICROFILMADO SOB N.º 52014

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
EM SÉRIE ÚNICA, DA ZOGBI LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL.

Pelo presente instrumento particular,

ZOGBI LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL, com sede na Rua Engenheiro Rebouças, 964, Município e Comarca de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 74.533.787/0001-93, doravante denominada simplesmente **Emissora**;

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., nomeada nesta Escritura de Emissão como **Agente Fiduciário** e nela interveniente, instituição financeira com sede na Rua Sete de Setembro nº 99, 16º andar, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 15.227.994/0001-50, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, neste ato representado na forma de seu Contrato Social como **Agente Fiduciário**, autorizado pelo Banco Central do Brasil, doravante denominado **"Agente Fiduciário"**, na qualidade de **Intervenientes Garantidores ou Fiadores**:

ELIAS ANTONIO ZOGBI, brasileiro, Diretor-Presidente, casado, inscrito no Registro Geral sob nº 1.058.594 e inscrito no CPF/MF sob nº 034.455.858-49;

JOÃO ANTONIO ZOGBI, brasileiro, Primeiro Vice-Presidente do Conselho de Administração, casado, inscrito no Registro Geral sob nº 1.090.833 e inscrito no CPF/MF sob nº 006.389.438-68;

NELSON ANTONIO ZOGBI, brasileiro, Segundo Vice-Presidente do Conselho de Administração, casado, inscrito no Registro Geral sob nº 1.060.301 e inscrito no CPF/MF sob nº 006.344.418-68;

espólio de **JAMIL ANTONIO ZOGBI** representado por **DERCI DE OLIVEIRA ZOGBI**, brasileira, viúva, inscrita no CPF/MF sob o nº 249.805.308-50 e inscrita no Registro Geral sob nº 1.993.014;

OSMAR ELIAS ZOGBI, brasileiro, administrador de empresas, casado, inscrito no Registro Geral sob nº 3.336.471 e inscrito no CPF/MF sob nº 275.890.218-49;

ANTONIO ELIAS ZOGBI NETO, brasileiro, Diretor-Superintendente, casado, inscrito no Registro Geral sob nº 3.845.192 e inscrito no CPF/MF sob nº 570.607.548-49;

RUBENS ELIAS ZOGBI, brasileiro, empresário, divorciado, inscrito no Registro Geral sob nº 3.845.182 e inscrito no CPF/MF sob nº 586.782.558-20;

JOÃO ANTONIO ZOGBI FILHO, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 5.884.074 e inscrito no CPF/MF sob o nº 029.532.968-83;

LAÍS HELENA ZOGBI PORTO, brasileira, casada, engenheira, portadora da cédula de identidade RG nº 10.622.669 e inscrita no CPF/MF sob o nº 072.309.738-05;

FÁBIO JOÃO ZOGBI, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 5.884.081 e inscrito no CPF/MF sob o nº 073.627.508-89;

NELSON ANTONIO ZOGBI JÚNIOR, brasileiro, Engenheiro Civil, casado, portador da cédula de identidade – RG nº 6.654.220 e inscrito no CPF/MF sob o nº 086.461.588-45;

MARCELO NELSON ZOGBI, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 6.654.222 e inscrito no CPF/MF sob o nº 111.285.598-03;

ANGELA ZOGBI, brasileira, solteira, psicóloga, portadora da cédula de identidade RG nº 6.654.223 e inscrita no CPF/MF sob o nº 260.861.998-33; e

LUCIANO ANTONIO ZOGBI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 249.826.628-35 e portador da cédula de identidade com RG de nº 14.599.740-6;

Todos domiciliados na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.601, Pinheiros, São Paulo, Estado de São Paulo, cep. 01473-900, doravante denominados **Intervenientes Garantidores ou Fiadores**.

Na qualidade de Outorgantes Conjugais:

ADIBE ZARZUR ZOGBI, brasileira, casada com Elias Antonio Zogbi, do lar, inscrita no CPF/MF sob nº 034.455.858-40 e inscrita no Registro Geral sob nº 968.454;

ELENIR ELIAS ZOGBI, brasileira, casada com João Antonio Zogbi, do lar, inscrita no CPF/MF sob nº 006.389.438-68 e inscrita no Registro Geral sob nº 1.285.699;

ELIZABETH CAMASMIE ZOGBI, brasileira, casada com Nelson Antonio Zogbi, inscrita no CPF/MF sob nº 006.344.418-68 e inscrita no Registro Geral sob nº 2.417.115;

SANDRA REGINA CAMILLO ZOGBI, brasileira, casada com Osmar Elias Zogbi, publicitária, inscrita no CPF/MF sob nº 171.061.171-53 e inscrita no Registro Geral sob nº 8.672.858-1;

CYLENE COLOMBO ZOGBI, brasileira, casada com Antonio Elias Zogbi Neto, agente de viagem, inscrita no CPF/MF sob nº 659.615.368-15 e inscrita no Registro Geral sob nº 6.081.671;

LUCIANA BADRA ZOGBI, brasileira, casada com João Antonio Zogbi Filho, portadora da cédula de identidade RG nº 9.748.934 e inscrita no CPF/MF sob o nº 029.532.968-83;

TELMO GIOLITO PORTO, brasileiro, casado com Lais Helene Zogbi Porto, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 7.158.257 e inscrito no CPF/MF sob o nº 007.559.728-48;

SUSAGNA CASEDEMUNT FUSCH ZOGBI, brasileira, casada com Fábio João Zogbi, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 15.188.013 e inscrito no CPF/MF sob o nº 048.594.538-08.

FLÁVIA CHOHFI CURY ZOGBI, brasileira, casada com Nelson Antonio Zogbi Jr., do lar, portadora da cédula de identidade RG nº 13.774.754 e inscrito no CPF/MF sob nº 099.769.558-71;

ELIANE MAKUL ZOGBI, brasileira, casada com Marcelo Nelson Zogbi, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 13.998.719/8 e inscrita no CPF/MF sob o nº 275.684.108-03;

vêm, por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil" ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

2.º REGISTRO DE IMÓVEIS
São Carlos do Sul
MICROFILMADO SOB N.º 52014

I. DA AUTORIZAÇÃO

Esta Escritura foi celebrada com base em deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de acionistas da **Emissora**, realizada em 03 de julho de 2000 ("AGE de 03.07.00"), rerratificada pela Assembléia Geral Extraordinária de 31 de julho de 2000 ("AGE de 31.07.00") e Reunião do Conselho de Administração ("RCA"), realizada em 24 de julho de 2000.

Adicionalmente, a AGE de 03.07.00 delegou ao Conselho de Administração ("CA") da **Emissora**, (i) poderes para deliberação sobre o disposto no parágrafo 1º do artigo 59, da Lei nº 6.404/76; (ii) poderes para cancelar as sobras de Debêntures do prazo de distribuição, bem como daquelas em tesouraria, neste último caso mediante declaração do **Agente Fiduciário** de que as Debêntures canceladas não são de titularidade de debenturistas.

II. DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

II. 1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários:

A presente emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada simplesmente "CVM", na forma das Leis nºs 6.385, de 07 de dezembro de 1976 e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

II. 2. Arquivamento e Publicação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária:

A ata da AGE de 03.07.00 que deliberou sobre a presente emissão foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo. As atas da AGE de 31.07.00 e da RCA que rerratificaram a AGE de 03.07.00 foram protocoladas perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo e aguardam arquivamento. Todas as mencionadas atas serão publicadas nos jornais "Gazeta Mercantil" e "Diário Oficial do Estado de São Paulo".

II. 3. Registro da Escritura:

A presente Escritura será registrada no Cartório de Registro de Imóveis da sede da Emissora, nos termos do artigo 62, II da Lei nº 6.404/76.

III. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

As Debêntures, cujas condições e características seguem transcritas, serão emitidas observando-se o seguinte:

III. 1. Número da Emissão

Esta é a 2ª (segunda) emissão de Debêntures.

III. 2. Data de Emissão, Prazo e Data de Vencimento:

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01 de setembro de 2000, com prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da respectiva emissão e vencimento em 01 de setembro de 2003.

III. 3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries:

Serão emitidas 70.000 (setenta mil) Debêntures em série única.

III. 4. Valor Nominal e Montante da Emissão:

O valor nominal unitário das Debêntures, na data de emissão, será de R\$ 1.000,00 (um mil reais), perfazendo o total da emissão de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), em 01 de setembro de 2000.

III. 5. Forma e Conversibilidade:

As Debêntures serão da forma nominativas, escriturais e não conversíveis em ações.

III. 6. Espécie:

As Debêntures serão da espécie subordinada.

III.6.1. Garantia Adicional Fidejussória:

Os Intervientes Garantidores, Elias Antonio Zogbi, João Antonio Zogbi, Nelson Antonio Zogbi, espólio Jamil Antonio Zogbi representado por Derci de Oliveira Zogbi, Osmar Elias Zogbi, Antonio Elias Zogbi Neto, Rubens Elias Zogbi, João Antonio Zogbi Filho, Laís Helena Zogbi Porto, Fábio João Zogbi, Nelson Antonio Zogbi Júnior, Marcelo Nelson Zogbi, Angela Zogbi, Luciano Antonio Zogbi, na qualidade de acionistas controladores do Banco Zogbi S.A., contando, inclusive com outorga conjugal, concedem a presente fiança, em que obrigam-se, solidariamente, como fiadores e principais pagadores, de forma irrevogável e irretroatável, com renúncia expressa ao benefício de ordem e aos benefícios dos artigos 1491, 1493, 1498, 1499, 1500, 1502, 1503 e 1504 do Código Civil, 261 e 262 do Código Comercial e artigo 595 do Código de Processo Civil, pelo pagamento, na data de seu vencimento, do valor nominal de cada uma das Debêntures, acrescido de remuneração e encargos moratórios contratados, se houver, inclusive decorrentes de eventuais demandas judiciais, bem assim na liquidação de todas e quaisquer obrigações, principais ou acessórias, assumidas pela Emissora, nos termos desta emissão.

Parágrafo Primeiro: Os Intervientes Garantidores declararam ter sido atendidos todos os requisitos legais para a prestação da garantia fidejussória, bem como terem plena capacidade para firmar a presente Escritura.

Parágrafo Segundo: A outorga desta fiança é de conhecimento pleno dos cônjuges dos acionistas, que independente do regime de bens adotado no casamento de cada acionista, assinam este instrumento manifestando seu expresse consentimento, nos moldes exigidos pelo artigo 235, inciso III, do Código Civil Brasileiro, nada tendo a alegar contra a validade e a eficácia plena daquela garantia fidejussória outorgada, sem que contudo, este consentimento importe na sua responsabilidade pessoal na admissão da constrição de seus bens, caso os fiadores venham a ser cobrados.

III. 7. Preço de Subscrição e Integralização:

O preço de subscrição será o valor nominal das Debêntures, acrescido da remuneração calculada de acordo com o item III.7. "Remuneração", desde a data da emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

2.º REGISTRO DE IMÓVEIS
São Carlos do Sul
MICROFILMADO SOB N.º 52014

III. 8. Remuneração:

As debêntures renderão juros correspondentes a 105% (cento e cinco por cento) da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, denominada "Taxa DI" (over extragrupo), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, doravante denominada "Taxa DI".

As taxas serão calculadas cumulativa e exponencialmente pro rata temporis por dias úteis decorridos e incidentes sobre o valor nominal ou saldo do valor nominal, desde a data de emissão ou data do último vencimento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo vencimento.

III.8.1. Periodicidade de pagamento:

A remuneração das debêntures será paga mensalmente no 1º dia de cada mês, juntamente com as amortizações programadas, observada a carência de 03 (três) meses contados da data de emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 01 de janeiro de 2.001, ou no primeiro dia útil subsequente, conforme o disposto no item III.16. - Prorrogação dos Prazos.

III.8.2. Fórmula de cálculo da remuneração:

$$J = VN \times f_1 \times f_2 \times \dots \times f_j - 1$$

em que,

J = valor dos juros a ser pago na data do seu vencimento;

VN = valor nominal ou saldo do valor nominal, conforme o caso;

(f1 x f2...x fj) = fator de variação acumulado no período de capitalização da remuneração, calculado conforme fórmula abaixo.

Os termos f1, f2, fj serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$fj = 1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \times \frac{1}{252} \times P_{Di} - 1$$

em que,

fj = fator diário dos juros referente ao dia "j";

Taxa DIj = Taxa DI, referente ao dia "j";

PDI = 105% (percentual da Taxa DI);

III.8.3. Da Taxa DI:

No caso de não divulgação ou indisponibilidade da Taxa DI no período de até 03 dias úteis quando da apuração de quaisquer eventos ou obrigações pecuniárias previstos nesta Escritura, será utilizada em sua substituição a última Taxa DI conhecida, não sendo porém devida quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os debenturistas após a disponibilidade da taxa devida.

A não divulgação ou indisponibilidade da Taxa DI por período superior a 03 dias úteis deverá ser objeto de convocação de Assembleia Especial de Debenturistas pelo Agente Fiduciário, para a deliberação da remuneração das debêntures, em comum acordo com a Emissora.

Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI como referencial de remuneração das debêntures, conforme definido nesta Escritura, será utilizado o parâmetro que vier a substituí-la. Na ausência de um substituto legal, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Especial de Debenturistas para a deliberação, no prazo máximo de 30 dias, do parâmetro de remuneração a ser proposto pela Emissora.

III. 9. Amortização Programada:

O valor nominal das Debêntures será amortizado em 33 (trinta e três) parcelas mensais e sucessivas, sendo as primeiras 32 parcelas no valor de R\$ 30,30 (trinta reais e trinta centavos) cada, e a 33ª e última parcela no valor de R\$ 30,40 (trinta reais e quarenta centavos), ocorrendo a primeira amortização em 01 de janeiro de 2001 e as demais no 1º dia de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente, conforme o disposto no item III.16 "Prorrogação Dos Prazos".

III. 10. Registro Para Negociação:

As Debêntures serão registradas para negociação no SND (Sistema Nacional de Debêntures), administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos).

III. 11. Publicidade:

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser objeto de aviso mediante publicação nos jornais "Gazeta Mercantil" e "Diário Oficial do Estado de São Paulo", veículos em que a Emissora realiza as publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76, observados os prazos legais e aqueles estabelecidos neste instrumento, devendo a Emissora avisar, tempestivamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.

III. 12. Encargos Moratórios:

Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, o débito em atraso ficará sujeito à multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento), além da remuneração estabelecida nesta Escritura, acrescida de 1% (um por cento) ao mês, a título de juros moratórios, calculados pro rata temporis desde a data do inadimplemento até a data de seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial.

III. 13. Decadência dos Direitos aos Acréscimos:

Sem prejuízo ao disposto no item anterior, III.12 "Encargos Moratórios", o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta escritura, ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de rendimentos no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

2.º REGISTRO DE IMÓVEIS
São Caetano do Sul
MICROFILMADO SOB N.º 52014

III.14 Procedimento da Distribuição:

O lançamento será público, mediante a intermediação de Instituições Financeiras habilitadas a operar no mercado de capitais, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no Artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30.09.80, atendidos preferencialmente os clientes dos Coordenadores da operação, não havendo reservas antecipadas nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

III. 15. Local do Pagamento:

Os pagamentos referentes ao valor nominal e rendimentos a que fizerem jus às Debêntures serão efetuados por meio da CETIP, ou por instituição financeira contratada pela **Emissora** para esse fim ou, em último caso, na sede da **Emissora**, na hipótese do debenturista não estar vinculado àquele sistema.

III. 16. Prorrogação dos Prazos:

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes aos pagamentos de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo, a qualquer título, nos valores a serem pagos.

III. 17. Aquisição Facultativa:

A **Emissora** poderá, a qualquer tempo, adquirir antecipadamente as Debêntures em circulação no mercado, total ou parcialmente, por preço equivalente ao saldo do valor nominal acrescido da remuneração, de acordo com o item III.8. "Remuneração", observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado.

III. 18. Resgate Antecipado Facultativo:

A **Emissora** reserva-se o direito de, a qualquer tempo, promover o resgate antecipado das Debêntures da presente emissão em circulação, pelo preço do saldo do valor nominal acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis até a data do efetivo resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese mediante sorteio coordenado pelo **Agente Fiduciário**.

O resgate deverá ser precedido da publicação de "Aviso aos Debenturistas" conforme o item III. 11 – "Publicidade", com antecedência mínima de 30 dias da data do resgate. As Debêntures que vierem a ser resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

III. 19. Vencimento Antecipado:

O **Agente Fiduciário** poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta **Escritura**, e exigir da **Emissora** e dos **Intervenientes Garantidores** o imediato pagamento do valor nominal das debêntures, acrescido da remuneração aplicável até a data do efetivo pagamento, e de encargos moratórios, se houver, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **Emissora**;
- pedido de concordata formulado pela **Emissora**;
- liquidação ou decretação de falência da **Emissora**;
- falta de cumprimento, pela **Emissora**, de qualquer obrigação prevista nesta **Escritura**, não sanada em 30 (trinta) dias contados a partir do aviso que lhe for enviado pelo **Agente Fiduciário**;
- vencimento antecipado de qualquer dívida da **Emissora** em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes desta emissão;
- em caso de cisão, incorporação ou mudança de controle acionário da **Emissora**; e
- as debêntures também vencerão antecipadamente, caso ocorra qualquer das hipóteses acima mencionadas com o Banco Zogbi S.A., acionista controlador da **Emissora**.

III.20 Resgate Antecipado:

Na hipótese de alteração estatutária que represente modificação substancial do objeto social e reorganização societária que venha a culminar na incorporação, fusão ou cisão da **Emissora**, fica assegurado aos debenturistas, durante o período de 06 (seis) meses, a contar da data da publicação da 1ª ata da Assembleia Geral de Acionistas, relativa às eventuais operações descritas, o resgate das Debêntures de que forem titulares, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 231 da Lei nº 6.404/76, pelo valor nominal das debêntures, acrescidos da remuneração devida.

III.21 Repactuação:

Não há.

III.22 Notificações:

As correspondências efetuadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, deverão observar os seguintes endereços:

Para a Emissora:

ZOGBI LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Rua Engenheiro Rebouças nº 964, na Cidade, Município e Comarca de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo

Diretor de Relações com Investidores: Sr. **FÁBIO JOÃO ZOGBI**.

Fone: (11) 3038-3333 – 3038-3311 - Fax (11) 815-4920.

Para o Agente Fiduciário:

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Rua Sete de Setembro nº 99, 16º andar, Rio de Janeiro, RJ.

Fax: (21) 507-1773 - Fone: (21) 507-1949

Contato: Sr. Carlos Alberto Bacha / Roberta Coelho

e-mail: pavarini@pavarini.com.br

2.º REGISTRO DE MÓVEIS
São Carlos do Sul
MICROFILMADO SOB N.º 52014

Para os Intervenientes Garantidores:

Contato com Intervenientes Garantidores será através do Diretor de Relações com Investidores: Sr. Fábio João Zogbi.

Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.601, Pinheiros, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01473-900.

III.23. Certificados de Debêntures

As Debêntures serão emitidas sem certificado. O extrato fornecido pelo Agente Escriturador servirá como comprovante de titularidade de Debêntures, nos termos do "caput" do artigo 35 combinado com "caput" do art. 63, da Lei nº 6.404/76.

III.24. Agente Escriturador e Banco Mandatário

BANCO ITAÚ S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, 176, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 60.701.190/0001-04.

IV. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A Emissora está adicionalmente obrigada a:

IV.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término do semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;
- dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo;
- cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93 nos prazos previstos na citada Instrução;
- imediatamente, qualquer informação razoável que lhe venha a ser solicitada;
- proceder a adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações anuais;
- manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Emissora;
- convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;

IV.2. Não pagar dividendos, salvo o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures objeto da presente escritura, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora.

IV.3. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente, registrada na CVM.

IV.4. Efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93, bem como fornecer aos seus debenturistas, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado.

IV.5. Manter em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço.

IV.6. Manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.

IV.7. Não realizar operação fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes.

IV.8. Informar imediatamente ao Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer dos eventos citados na Cláusula III-19 – Vencimento Antecipado.

V. DO AGENTE FIDUCIÁRIO**V.1. Nomeação:**

A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário, para representar a comunhão dos debenturistas perante a Emissora, PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual declara aceitar a função para a qual foi nomeada e todos os encargos dela decorrentes, previstos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e na Instrução CVM nº 28/83; não ter qualquer impedimento legal para aceitar a função; preencher os requisitos legais para o exercício do cargo; e aceitar a presente Escritura com todas as suas cláusulas e condições.

V.2. Declaração:

O Agente Fiduciário dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

- sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o Artigo 66, parágrafo 3º da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e os artigos 9º e 10º da Instrução CVM nº 28 de 23.11.83, para exercer a função que lhe é atribuída;
- aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- aceitar integralmente a presente Escritura em todas as suas cláusulas e condições;
- não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções;
- estar ciente da Circular nº 1.882, de 31.10.1990 do Banco Central do Brasil.

V.3. Remuneração:

O Agente Fiduciário receberá pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem nos termos da Lei e desta Escritura, os seguintes honorários:

2.º REGISTRO DE IMÓVEIS
São Carlos do Sul
MICROFILMADO SOB N.º 52014

- a. Taxa de implantação de serviços no valor de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), devida no primeiro dia útil após a aceitação da proposta, dedutível do valor da primeira parcela anual e não restituível à Emissora, em caso de cancelamento da operação e/ou não concessão do registro pela CVM;
- b. Parcelas anuais no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) sendo a primeira devida no primeiro dia útil subsequente ao da obtenção do registro junto à CVM e as demais na mesma data dos anos seguintes. Do valor da primeira parcela anual será descontado o valor referente à taxa de implantação de serviços mencionada no item (a);
- c. A remuneração prevista no item anterior será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o **Agente Fiduciário** ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela **Emissora**;
- d. As parcelas serão reajustadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M desde a data de pagamento da taxa de implantação de serviços;
- e. A remuneração não inclui as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **Agente Fiduciário**, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela **Emissora**, mediante pagamento das respectivas faturas, acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídos igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à **Emissora**;
- f. Os serviços do **Agente Fiduciário** são restritos aos previstos na legislação pertinente;
- g. Em caso de inadimplência da **Emissora**, todas as despesas com procedimentos legais em que o **Agente Fiduciário** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela **Emissora**. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciais nas ações propostas pelo **Agente Fiduciário**, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do **Agente Fiduciário** na hipótese da **Emissora** permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o **Agente Fiduciário**, solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;
- h. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão; e
- i. As remunerações serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (impostos sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do **Agente Fiduciário**, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

V. 4. Substituição:

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo **Agente Fiduciário**, a qual poderá ser convocada pelo próprio **Agente Fiduciário** a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo **Agente Fiduciário**.

V.4.1. Na hipótese de não poder, o **Agente Fiduciário**, continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta **Escritura**, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

V.4.2. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do **Agente Fiduciário**, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao **Agente Fiduciário** substituto como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados. Este valor a ser pago em caso de substituição do **Agente Fiduciário** será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, apurado pela Fundação Getúlio Vargas.

V.4.3. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do **Agente Fiduciário** e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

V.4.4. A substituição do **Agente Fiduciário** fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 4º da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83, e eventuais normas posteriores.

V.4.5. A substituição, em caráter permanente, do **Agente Fiduciário** deverá ser objeto de aditamento desta **Escritura**, devendo ser averbado no Registro de Imóveis competente.

V.4.6. O **Agente Fiduciário** entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente escritura ou de eventual aditamento relativo a substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

V.4.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição ao **Agente Fiduciário** as normas e preceitos baixados pela CVM.

V.5. Deveres do Agente Fiduciário:

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do **Agente Fiduciário**:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a **Emissora** não o faça, o registro desta **Escritura** e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

2.º REGISTRO DE MÓVEIS
São Carlos do Sul
MICROFIMADO SOB N.º 52014

- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das Debêntures;
- h) verificar a regularidade da garantia fidejussória prestada, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- i) intimar a **Emissora** a reforçar a garantia prestada;
- j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas da Justiça do Trabalho, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da **Emissora**;
- k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **Emissora**;
- l) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a **Emissora** deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação, constantes desta escritura;
- m) comparecer à Assembléia dos Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- n) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
- n.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **Emissora** ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela **Emissora**;
 - n.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - n.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da **Emissora**, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - n.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - n.5) resgate, amortização, conversão, e pagamento de juros das Debêntures, realizados no período, bem como aquisições e vendas das Debêntures, efetuadas pela **Emissora**;
 - n.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **Emissora**;
 - n.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - n.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela **Emissora** neste instrumento;
 - n.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **Agente Fiduciário**;
 - n.10) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures.
- o) colocar o relatório de que trata o item anterior, à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da **Emissora**, ao menos nos seguintes locais:
- o.1) na sede da **Emissora**;
 - o.2) no seu escritório ou quando instituição financeira no local por ela indicado;
 - o.3) na **CVM**;
 - o.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
 - o.5) na instituição financeira que lidera a colocação das Debêntures.
- p) publicar, nos órgãos de imprensa em que a **Emissora** deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados nos subitens do item "o" acima;
- q) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços mediante, inclusive, gestões junto à **Emissora**;
- r) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas ou amortizadas;
- s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste Instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- t) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento pela **Emissora**, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à **CVM**, ao Banco Central do Brasil e às Bolsas de Valores onde a **Emissora** tiver seus valores admitidos à negociação.

V. 6. Atribuições do Agente Fiduciário:

O **Agente Fiduciário** usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a **Emissora** ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da **Emissora**:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) executar a garantia adicional fidejussória concedida pelos fiadores;
- c) tomar quaisquer providências para a realização dos créditos dos debenturistas;
- d) requerer a falência da Emissora nos termos do artigo 68, parágrafo 3º, alínea "c" da lei 6.404/76 e artigo 13 da Instrução CVM nº 28; e
- e) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora, salvo deliberação em contrário, tomada em Assembléia de Debenturistas pela maioria das Debêntures em circulação.

V.6.1. O **Agente Fiduciário** somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens "a", "b", "c" e "d" do "caput" desta cláusula se a Assembléia dos Debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares de todas as Debêntures em circulação. Na hipótese do item "e", será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

V.7. Despesas do Agente Fiduciário:

A **Emissora** ressarcirá o **Agente Fiduciário** de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

V.7.1. O ressarcimento a que se refere esta cláusula será efetuado imediatamente após a entrega, à **Emissora**, dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção aos direitos dos portadores dos títulos;

V.7.2. As despesas a que se refere esta cláusula compreendem, inclusive, as seguintes publicações:

- a) Publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta escritura, e outras que tiverem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;



- c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

V.7.3. O crédito do **Agente Fiduciário** por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do “caput”, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

V.7.4. Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta **Escritura** for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a **Emissora** deverá pagar (em complemento a todos os valores devidos previstos nesta **Escritura** e nas Debêntures) honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

V.7.5. O **Agente Fiduciário** responde perante os debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

VI. DA RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente escritura.

VII. DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

VII.1. Os titulares das Debêntures de que trata esta escritura poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

VII.2. A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo **Agente Fiduciário**, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou, ainda, pela **CVM**.

VII.3. Aplicar-se-á à assembléia dos debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.

VII.4. A assembléia se instalará em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

VII.5. O **Agente Fiduciário** deverá comparecer à Assembléia dos Debenturistas, ainda que não a tenha convocado, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas.

VII.6. Nas deliberações da assembléia, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

VII.7. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas neste instrumento, dependerão da aprovação de debenturistas; que representem, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures em circulação.

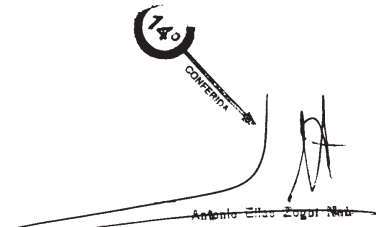
VII.8. Será facultada a presença dos representantes legais da **Emissora** nas assembléias dos debenturistas, bem como de seus advogados, devendo estes, quando for o caso, comparecer munidos do respectivo instrumento de mandato.

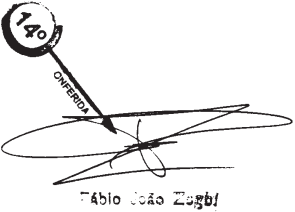
VII.9. Para efeito da constituição do “quorum” a que se refere esta cláusula, serão excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em carteira.


VIII. DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta **Escritura**.

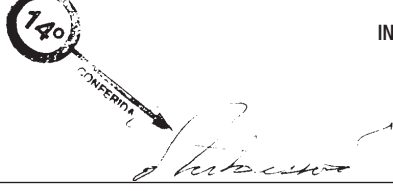
Estando assim certos e ajustados, firmam esta escritura em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas ao final identificadas.

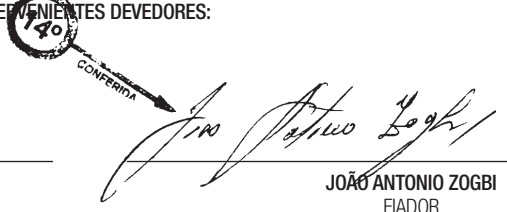

 Antonio Elias Zogbi Neto
 ZOGBI LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL


 Fábio João Zogbi


 MARCOS VENTUROSO B. DA ROCHA
 CARLOS ALBERTO BACHA
 PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,

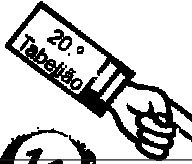



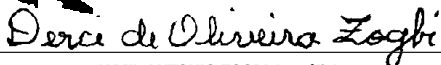
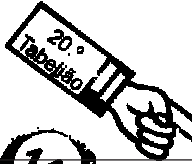

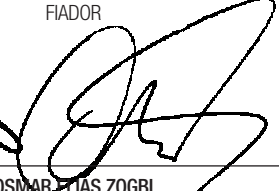





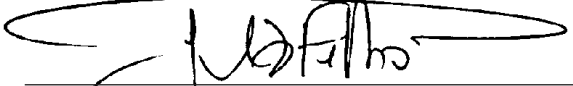


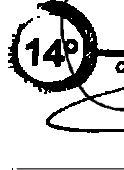
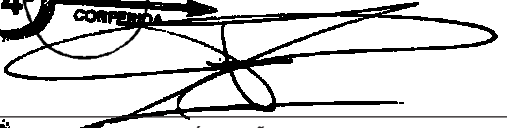
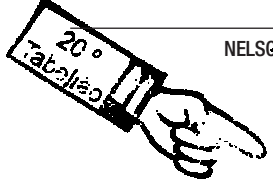






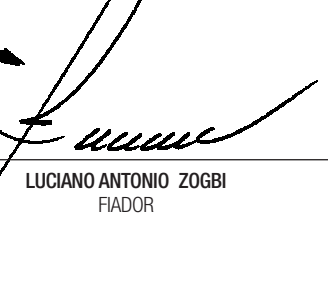
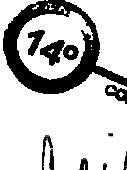



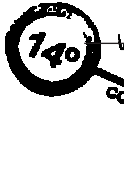



INTERVENIENTES DEVEDORES:


 ELIAS ANTONIO ZOGBI
 FIADOR


 JOÃO ANTONIO ZOGBI
 FIADOR

2.º REGISTRO DE MÓVEIS
São Carlos de São
Piedade, SP, nº 52914

(esta folha faz parte integrante do "Instrumento Particular de Escritura" da Segunda Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil)

   NELSON ANTONIO ZOGBI FIADOR	  Derci de Oliveira Zogbi JAMIL ANTONIO ZOGBI (espólio) Derci de Oliveira Zogbi (representante) FIADOR
   OSMAR ELIAS ZOGBI FIADOR	  ANTONIO ELIAS ZOGBI NETO FIADOR
  RUBENS ELIAS ZOGBI FIADOR	  JOÃO ANTONIO ZOGBI FILHO FIADOR
  LAIS HELENA ZOGBI PORTO FIADOR	  FÁBIO JOÃO ZOGBI FIADOR
   NELSON ANTONIO ZOGBI JUNIOR FIADOR	  MARCELO NELSON ZOGBI FIADOR
 ANGELA ZOGBI FIADORA	  LUCIANO ANTONIO ZOGBI FIADOR
  ADIBE ZARZUR ZOGBI OUTORGA UXÓRIA	<p>OUTORGANTES CONJUGAIS:</p>   ELENIR ELIAS ZOGBI OUTORGA UXÓRIA
  ELIZABETH CAMASMIE ZOGBI OUTORGA UXÓRIA	  SANDRA REGINA CAMILLO ZOGBI OUTORGA UXÓRIA

2.º REGISTRO DE MÓVEIS
São Carlos do Sul
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS DO SUL
02014

LAO - VAMPRE
MO CÉ N°
VAMPRE AUTOP
Paulo

CYLENE COLOMBO ZOGBI
OUTORGA UXÓRIA

LUCIANA BADRA ZOGBI
OUTORGA UXÓRIA

TELMO GILITO PORTO
OUTORGA MARITAL

Susagna C Fusch Zogbi
SUSAGNA CASADEMUNT FUSCH ZOGBI
OUTORGA UXÓRIA

FLÁVIA CHOHFI CURY ZOGBI
OUTORGA UXÓRIA

ELIANE MAKUL ZOGBI
OUTORGA UXÓRIA

TESTEMUNHAS:

C.P.F. Nº 063.634.238-72

C.P.F. Nº 018.446.908-22

(Esta é a última folha integrante do "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil")

[Handwritten signature]

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
TELMO GILITO PORTO
San Paulo, 22 de Setembro de 2000 Com. Reg. nº 2031/70415, 18:22:37 h

Cada reconhecimento de firma é válido por 60 dias

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
CYLENE COLOMBO ZOGBI, SUSAGNA CASADEMUNT FUSCH ZOGBI
San Paulo, 22 de Setembro de 2000 Com. Reg. nº 2031/70415, 18:22:37 h

Cada reconhecimento de firma é válido por 60 dias

14.º TABELIAO - VAMPRE
TIAGO
FORZADO
BA 508282

14.º TABELIAO - VAMPRE
ALBERTO SANTO
ESCRITURA AUTOP
San Paulo
DN 744093

CERTIDÃO

APARICIO JOSÉ DA MOTA, 2º Oficial do Registro de Imóveis e Anexos da comarca de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, etc

CERTIFICA, atendendo pedido verbal de parte interessada, que revendo os livros desse registro, a seu cargo, deles verificou constar o seguinte:

LIVRO Nº 3 - REGISTRO AUXILIAR**2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS**

COMARCA DE SÃO CAETANO DO SUL
ESTADO DE SÃO PAULO

Registro
2.854

ficha
1

S. C. do Sul, 02 de outubro de 2000.

EMITENTE:- ZOGBI LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL, com sede nesta cidade, na Rua Engenheiro Rebouças, nº 964, inscrita no CNPJ/MF sob nº 74.533.787/0001-93, conforme instrumento particular de escritura da 2ª (segunda) emissão pública de debêntures não conversíveis em ações, em série única, da Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, celebrado em São Paulo (capital), aos 31 de julho de 2.000, na presença de duas testemunhas, firmado por Antonio Elias Zogbi Neto e Fábio João Zogbi, da Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e pelo agente fiduciário Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., representada por Marcos Vinícius Bellinello da Rocha e Carlos Alberto Bacha, todos com firmas reconhecidas pelos 4º, 7º, 14º, 20º Tabelionatos de Notas de São Paulo (capital) e 21º Ofício de Notas do Rio de Janeiro-RJ, e ainda a cópia reprográfica, devidamente autenticada, da ata da assembléia geral extraordinária, realizada aos 03 de julho de 2.000, re-ratificada pela assembléia geral extraordinária, realizada aos 31 de julho de 2.000, e reunião do conselho de administração, realizada aos 24 de julho de 2.000, que aprovou a emissão de debêntures, **protocolados e microfilmados sob nº 52.014, emitlu debêntures** em série única no valor de **R\$70.000.000,00** (setenta milhões de reais), representando **70.000 títulos**, cada um no valor de **R\$1.000,00** (mil reais), as quais não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sendo da espécie subordinada, tendo o prazo de vencimento de 36 (trinta e seis) meses, a partir de 1º de setembro de 2.000, com vencimento em 1º de setembro de 2.003. Às debêntures da presente emissão, renderão juros correspondentes a 105% da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, denominada "taxa DI" (over extra-grupo), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, doravante denominada "Taxa DI". As taxas serão calculadas cumulativa e exponencialmente *pro rata temporis* por dias úteis decorridos e incidentes sobre o valor nominal ou saldo do valor nominal, desde a data de emissão ou data do último vencimento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo vencimento; que compareceram no título como **intervenientes garantidores ou fiadores**: Elias Antonio Zogbi e sua mulher Adibe Zarzur Zogbi; João Antonio Zogbi e sua mulher Elenir Elias Zogbi; Nelson Antonio Zogbi e sua mulher Elizabethe Camasmie Zogbi; o Espólio de Jamil Antonio Zogbi, representado pela inventariante Dirce de Oliveira Zogbi, nos termos da certidão juntada ao título; Osmar Elias Zogbi e sua mulher Sandra Regina Camillo Zogbi; Antonio Elias Zogbi Neto e sua mulher Cyrene Colombo Zogbi; Rubens Elias Zogbi; João Antonio Zogbi Filho e sua mulher Luciana Badra Zogbi; Laís Helena Zogbi Porto e seu marido Telmo Giolito Porto; Fábio João Zogbi e sua mulher Susagna Casademunt Fusch Zogbi; Nelson Antonio Zogbi Júnior e sua mulher Flávia Chohfi Cury Zogbi; Marcelo Nelson Zogbi e sua mulher Eliane Makul Zogbi; Angela Zogbi e Luciano Antonio Zogbi, todos qualificados no título, na qualidade de acionistas controladores do Banco Zogbi S.A., contando, inclusive com a outorga conjugal, concederam a fiança, em que obrigam-se solidariamente como fiadores e principais pagadores, de forma irrevogável e irretratável, com renúncia expressa ao benefício de ordem e aos benefícios dos artigos 1.491, 1.493, 1.498, 1.499, 1.500, 1.502, 1.503 e 1.504, do Código Civil Brasileiro, 261 e 262 do Código Comercial, e artigo 595 do Código de

(continua no verso)

2º REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
 Ériston Carlos Sanches Peres
 Oficial Substº
 São Caetano do Sul - Estado de São Paulo

Registro
2.854

ficha
1
 verso

Processo Civil, pelo pagamento, na data de seu vencimento, do valor nominal de cada uma das debêntures, acrescido de remuneração e encargos moratórios contratados, se houver, inclusive decorrentes de eventuais demandas judiciais, bem assim na liquidação de todas e quaisquer obrigações, principais ou acessórias, assumidas pela emissora nos termos da presente emissão; as demais condições constam do título; que a emitente apresentou a CND nº 032192000-21634002, expedida pelo INSS, aos 13 de setembro de 2.000, e a Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, administrados pela Secretaria da Receita Federal, sob nº E - 3.789.710, expedida aos 12 de junho de 2.000, as quais ficam arquivadas neste 2º Oficial de Registro."

O Oficial Substituto,  (Ériston Carlos Sanches Peres).

O REFERIDO EM FORMA REPROGRÁFICA, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO Nº 19 DA LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1.973, ALTERADA PELA LEI Nº 6.212, DE 30 DE JUNHO DE 1.975, É VERDADE E DÁ FÉ. SÃO CAETANO DO SUL, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL.(02/10/2.000).

- ÉRISTON CARLOS SANCHES PERES -
 - OFICIAL SUBSTITUTO -

CUSTAS RECEBIDAS

OFICIAL	R\$	6,70
ESTADO	R\$	2,14
T.A.S.J.	R\$	1,34
TOTAL	R\$	10,18

2º OFICIAL DE S.C. SUL
 O SELO ESTADUAL E A
 T.A.S.J. SERÃO RECOLHIDOS
 POR VERBA, DE ACORDO
 COM A RESOLUÇÃO Nº 5/70.